

## O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO PRISIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA COM FOCO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS FASE I<sup>1</sup>

### MATHEMATICS TEACHING IN PRISON EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW FOCUSED ON ADULT AND YOUTH EDUCATION PHASE I

### LA ENSEÑANZA DE MATEMÁTICAS EN LA EDUCACIÓN PENITENCIARIA: UNA REVISIÓN INTEGRADORA CON ENFOQUE EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS FASE I

Monica Gisele da Silva<sup>2</sup>

Priscilla Carvalho Guimarães Monteiro<sup>3</sup>

Elis Maria Teixeira Palma Priotto<sup>4</sup>

Susimeire Vivien Rosotti de Andrade<sup>5</sup>

Luciana Del Castanhel Peron da Silva<sup>6</sup>

Rhuan Guilherme Tardo Ribeiro<sup>7</sup>

**RESUMO:** Este artigo de revisão integrativa investiga os desafios e as possibilidades do ensino da Matemática na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Fase I do Ensino Fundamental em contexto prisional. A metodologia seguiu as fases da revisão integrativa, com levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, entre 2016 e 2026, resultando em oito dissertações analisadas. Os resultados apontam desafios institucionais e pedagógicos recorrentes, como carência de materiais didáticos, ausência de espaços adequados, restrições de segurança, falta de formação docente e trajetórias escolares marcadas pelo fracasso. Em contrapartida, revelam-se possibilidades quando a prática pedagógica valoriza saberes prévios e experiências de vida, por meio de metodologias como Modelagem Matemática, Três Momentos Pedagógicos, Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. Constatou-se, contudo, que nenhum estudo analisado abordou especificamente a Fase I da EJA prisional, evidenciando lacuna relevante na produção acadêmica.

**Palavras-chave:** Educação matemática; Educação de jovens e adultos; Sistema prisional; Revisão integrativa.

<sup>1</sup>O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio de bolsa de mestrado concedida à segunda autora, Priscilla Carvalho Guimarães Monteiro

<sup>2</sup>Discente do curso de Mestrado em Ensino na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

<sup>3</sup>Discente do curso de Mestrado em Ensino na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

<sup>4</sup>Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto -USPRP. Docente no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu. Orcid:

<sup>5</sup>Doutora em Educação Matemática. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Docente no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu.

<sup>6</sup>Orientadora. Doutora em Educação em Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Docente no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu.

<sup>7</sup>Orientador. Doutor em Educação Para a Ciência e o Ensino de Matemática pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Docente no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu.

**ABSTRACT:** This integrative review article investigates the challenges and possibilities of teaching Mathematics in Youth and Adult Education (EJA) Phase I of Elementary Education within the prison context. The methodology followed the stages of an integrative review, with a survey conducted in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and the Capes Theses and Dissertations Catalog, covering the period from 2016 to 2026, resulting in the analysis of eight master's dissertations. The findings highlight recurring institutional and pedagogical challenges, such as a lack of teaching materials, the absence of adequate learning spaces, security restrictions, insufficient teacher training, and educational trajectories marked by school failure. On the other hand, the studies reveal possibilities when pedagogical practice values prior knowledge and life experiences through methodologies such as Mathematical Modeling, the Three Pedagogical Moments, Financial Education, and Critical Mathematics Education. However, none of the analyzed studies specifically addressed Phase I of prison-based Youth and Adult Education, revealing a significant gap in the academic literature.

**Keywords:** Mathematics education. Youth and adult education. Prison system. Integrative review.

**RESUMEN:** Este artículo de revisión integradora investiga los desafíos y las posibilidades de la enseñanza de las Matemáticas en la EJA Fase I de la Educación Primaria en contexto penitenciario. La metodología siguió las etapas de la revisión integradora, con un levantamiento en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones y en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de Capes, entre 2016 y 2026, dando como resultado ocho disertaciones analizadas. Los resultados señalan desafíos institucionales y pedagógicos recurrentes, como la escasez de materiales didácticos, la ausencia de espacios adecuados, las restricciones de seguridad, la falta de formación docente y trayectorias escolares marcadas por el fracaso. En contrapartida, se revelan posibilidades cuando la práctica pedagógica valora los conocimientos previos y las experiencias de vida, mediante metodologías como el Modelado Matemático, los Tres Momentos Pedagógicos, la Educación Financiera y la Educación Matemática Crítica. Sin embargo, se constató que ninguno de los estudios analizados abordó específicamente la Fase I de la EJA en contexto penitenciario, lo que pone de manifiesto una laguna relevante en la producción académica.

**Palabras clave:** Educación matemática. Educación de jóvenes y adultos. Sistema penitenciario. Revisión integradora.

## INTRODUÇÃO

Estudos indicam que o ensino da Matemática em contexto prisional, enfrenta desafios relacionados às condições institucionais, a organização pedagógica e as trajetórias escolares dos estudantes, mas em contrapartida, apresenta possibilidades de aprendizagem quando se

valorizam os saberes prévios, as experiências de vida e metodologias contextualizadas. Observa-se que poucos desses estudos, relacionam a Fase 1 da EJA, abrangendo a educação prisional de maneira mais ampla. Isso sinaliza uma lacuna específica, voltada à alfabetização e aos anos iniciais nesse contexto.

A educação de jovens e adultos (EJA) ofertada em unidades prisionais constitui um direito assegurado pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) e normatizada pelas Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, embora, na prática, esteja longe de ser efetivada. Essa distância se deve a inúmeros fatores; entre eles, o superencarceramento, as tensões diárias que cercam o ambiente e a rotina prisional. A Lei 12.433/2011, que alterou a Lei de Execução Penal 7.210/1984, estabelece que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (BRASIL, 2011).

Diante disso, a educação formal se realiza, por vezes, em espaços precários, onde profissionais da educação se mobilizam para obter materiais básicos para que o ensino aconteça. Assim, garantir que a aprendizagem ocorra é um desafio neste espaço. Ainda mais, quando se trata de Matemática, uma disciplina historicamente marcada pela dificuldade na aquisição do conhecimento de seus conteúdos, o fracasso escolar é com frequência associado a própria disciplina, para Fonseca (2024), o discurso da dificuldade da matemática é incorporado, mesmo por aqueles estudantes da EJA que estão iniciando suas trajetórias escolares.

O ensino da Matemática está inserido nesse contexto de inúmeros desafios, trazendo estudantes marcados por trajetórias de invisibilidade, vulnerabilidade social, reprovação escolar e experiências anteriores ao cárcere. Mas, essas experiências carregam conhecimento, saberes matemáticos construídos no dia a dia e na convivência com seus grupos (D'AMBROSIO, 2011). Na educação de jovens e adultos (EJA) esses saberes precisam ser valorizados e fundamentar conteúdos e práticas pedagógicas.

Dessa forma, o ensino da Matemática assume especificidades próprias, quando direcionadas à EJA Fase 1, que corresponde às séries iniciais do Ensino Fundamental, pois, nessa fase, os estudantes estão construindo as bases da leitura, escrita e do raciocínio lógico-matemático. Esse contexto, exige do professor conhecimento humanizado e crítico, que possa enxergar nos desafios, possibilidades de aprendizado, principalmente quando a sala de aula está

em um ambiente prisional. Portanto, torna-se imprescindível a compreensão do espaço onde a escola está inserida (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

A partir do que foi exposto, este artigo de revisão integrativa, traz a seguinte pergunta norteadora: Quais os desafios e possibilidades do ensino da Matemática na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em contexto prisional, com especial atenção à Fase I do Ensino Fundamental?

Esse artigo de revisão integrativa, apresenta a necessidade de investigar como a literatura científica trata do ensino da matemática na educação prisional, em especial a Fase I da EJA. Tem o propósito de analisar as evidências disponíveis, acerca dos desafios e possibilidades do ensino da Matemática nas publicações existentes nas bases de dados de pesquisas científicas publicadas.

## EDUCAÇÃO PRISIONAL E EJA: FUNDAMENTOS LEGAIS E DESAFIOS DE EFETIVAÇÃO

Onofre (2015) contribui para compreender que a educação escolar destinada a jovens e adultos em situação de privação de liberdade deve ser reconhecida como direito social e humano, vinculada às condições concretas de vida dos sujeitos e às especificidades do espaço prisional. Essa perspectiva evidencia que a oferta da EJA nas prisões não deve se limitar ao cumprimento formal da legislação, mas considerar as trajetórias, os saberes e as necessidades formativas dos estudantes privados de liberdade.

Como apresentado no Quadro 1, o direito à Educação de Jovens e Adultos em ambiente prisional também se fundamenta na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205 e 208, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996. No âmbito penal, a Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984, determina, nos artigos 17 a 21, a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade, enquanto a Lei nº 12.433/2011 fortalece esse direito ao regulamentar a remição de pena pelo estudo. Complementarmente, a Resolução CNE/CEB nº 2/2010 orienta a organização pedagógica dessa oferta, indicando que a EJA deve contemplar suas diferentes etapas, com atenção à alfabetização e aos anos iniciais.

**Quadro 1** – Marcos legais relacionados à educação de jovens e adultos em contexto prisional

| Esfera / Norma                       | Dispositivo legal                                       | O que estabelece / Relevância para a EJA prisional                                                                                                           |
|--------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Lei de Execução Penal</b>         | Lei nº 7.210/1984 (arts. 17 a 21)                       | Determina a obrigatoriedade do Ensino Fundamental nas prisões e a integração das unidades prisionais às redes oficiais de ensino.                            |
| <b>Constituição Federal (1988)</b>   | Art. 205 e 208                                          | Garante a educação como direito de todos e dever do Estado, inclusive a oferta gratuita da EJA aos que não tiveram acesso na idade própria.                  |
| <b>LDBEN</b>                         | Lei nº 9.394/1996 (arts. 37 e 38)                       | Estabelece que a EJA deve considerar as características do público jovem e adulto, seus conhecimentos de vida e suas condições de estudo e trabalho.         |
| <b>Diretrizes Nacionais CNE</b>      | Resolução CNE/CEB nº 2/2010                             | Orienta a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.                                         |
| <b>Remição pelo estudo</b>           | Lei nº 12.433/2011 (altera o art. 126 da LEP)           | Garante a remição de parte da pena pelo estudo, equiparando a atividade educacional ao trabalho para fins de execução penal.                                 |
| <b>Remição por leitura e ENCCEJA</b> | Resolução CNJ nº 391/2021                               | Regulamenta possibilidades de remição de pena por práticas sociais educativas, como leitura e certificação por exames educacionais.                          |
| <b>Lei de Execução Penal</b>         | Lei nº 7.210/1984 (arts. 17 a 21)                       | Determina a obrigatoriedade do Ensino Fundamental nas prisões e a integração das unidades prisionais às redes oficiais de ensino.                            |
| <b>Plano Pena Justa</b>              | Portaria Conjunta MJSP/CNJ nº 8, de 16 de abril de 2024 | Determina o cumprimento de metas estruturais, separadas por caminhos temáticos, para reduzir a superlotação e a violação de direitos nos presídios até 2027. |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2026), com base na legislação educacional brasileira.

No campo normativo, esse direito é reafirmado pela Resolução CNE/CEB nº 2/2010, que orienta a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Também se relaciona ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), ao reconhecer a educação como dimensão essencial para a cidadania, a justiça social e a cultura de direitos humanos, especialmente entre grupos em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabeleceu as diretrizes e metas voltadas à redução das desigualdades educacionais, à

erradicação do analfabetismo e à ampliação da escolarização da população jovem e adulta. Desse modo, a EJA Fase I no contexto prisional evidencia o descompasso entre os direitos assegurados legalmente e as condições concretas de sua efetivação nas unidades penais. Nessa perspectiva, José e Leite (2020), ao discutirem a educação básica em prisões no Brasil, evidenciam que esse campo é marcado simultaneamente por avanços e desafios. Para as autoras:

A perspectiva da EJA é resgatar a escolaridade do sujeito, oferecer conhecimentos que contribuam com sua adequação às exigências do mercado de trabalho e consequentemente com sua reintegração ao convívio social, considerando que a educação é tanto um direito humano em si mesmo, como uma forma indispensável para se fortalecer o respeito a outros direitos e liberdades fundamentais do ser humano. (JOSÉ; LEITE, 2020, p. 40)

Segundo as autoras, essa compreensão reforça que, embora haja maior reconhecimento normativo do direito à escolarização das pessoas privadas de liberdade, sua efetivação ainda enfrenta limites estruturais, institucionais e pedagógicos que dificultam a garantia de acesso, permanência e qualidade no processo educativo.

Pereira (2022) aponta que a prática pedagógica da EJA em prisões enfrenta problemas que comprometem a efetividade do processo de aprendizagem dos estudantes privados de liberdade. Entre esses limites, destaca-se a fragilidade do planejamento das aulas, que, embora muitas vezes seja elaborado e discutido entre os professores, nem sempre orienta de modo consistente a prática docente. Segundo o autor, essa ausência de maior racionalidade pedagógica pode favorecer o imprevisto na seleção dos conteúdos e dificultar a organização de uma proposta educativa mais coerente com as necessidades dos estudantes.

Na tentativa de enfrentamento a essas e outras situações de violações de direitos básicos, em 2025 foi lançado o Plano Pena Justa, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP). A importância desse plano é o reconhecimento dessas transgressões e estabelece de metas para superá-las. Assim, espera-se que ações previstas realmente sejam efetivadas e possam na prática ressocializar, contribuir para a segurança pública e na superação do analfabetismo no sistema prisional.

## MÉTODOS

De acordo com Marcela Tavares de Souza, Michelly Dias da Silva e Rachel de Carvalho (2010), a revisão integrativa consiste em um estudo realizado com base em fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico e da análise de conhecimentos já produzidos sobre

determinado tema. Assim, seguem-se as seis fases propostas pelas autoras: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; levantamento de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; e apresentação da revisão integrativa.

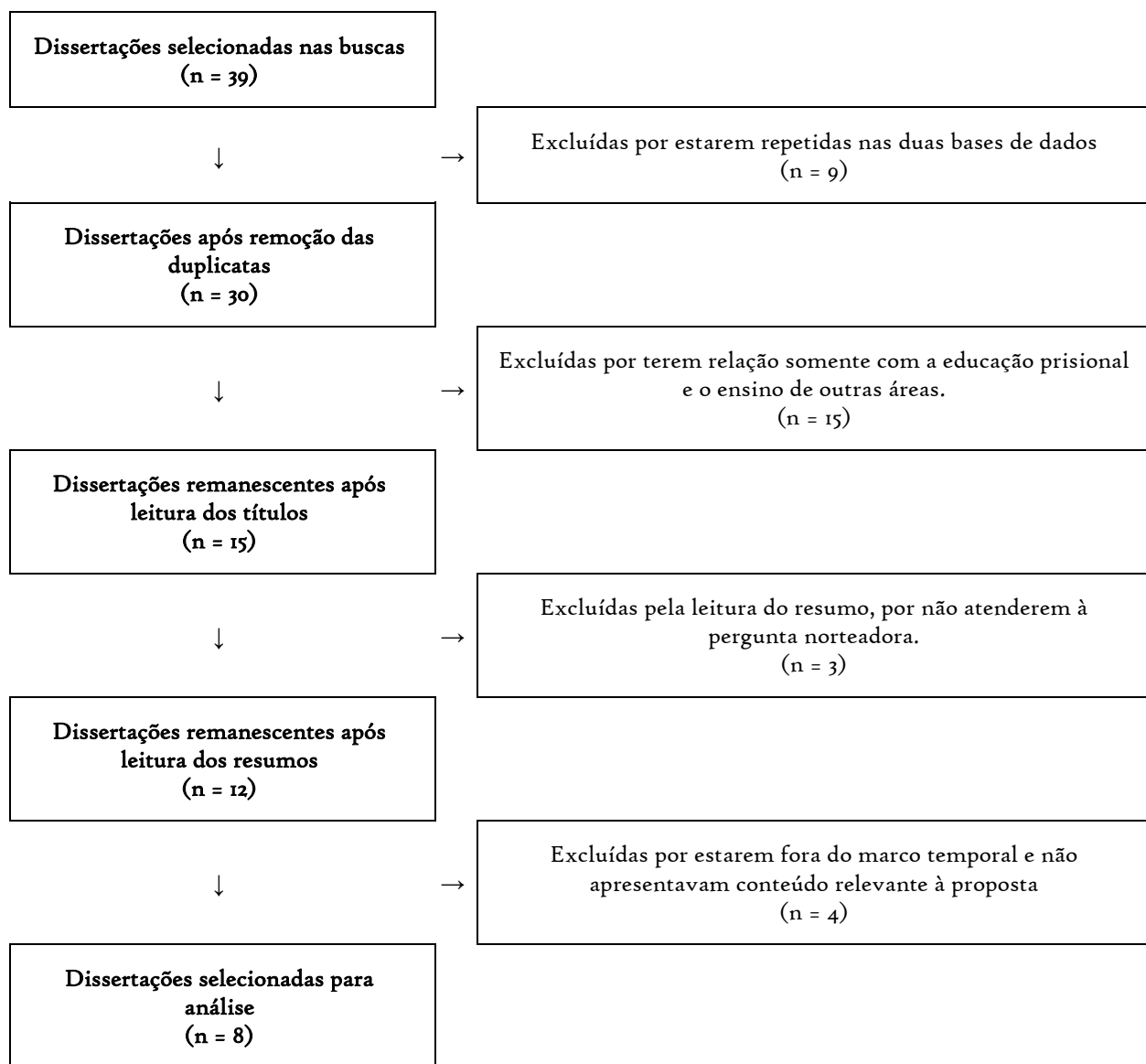
Com o propósito de responder à pergunta norteadora, foram incluídas pesquisas relacionadas ao ensino de Matemática no sistema prisional. Inicialmente, utilizaram-se as palavras-chave “matemática”, “EJA”, “Ensino Fundamental” e “educação prisional”; contudo, essa combinação resultou em poucos trabalhos e não contemplou adequadamente os objetivos do estudo. Diante disso, as buscas foram realizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Embora não tenha sido estabelecido um recorte temporal rígido, priorizaram-se publicações dos últimos dez anos, correspondentes ao período de 2016 a 2026, no entanto os estudos selecionados para análise resultaram em trabalhos até 2023.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), foram utilizadas as palavras-chave “matemática” e “educação prisional” na busca avançada, considerando todos os campos disponíveis, como título, autor, ano de publicação, assunto e resumo, sem delimitação de idioma. Esse procedimento resultou na identificação de quatorze dissertações de mestrado. No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a busca foi realizada com a expressão “MATEMÁTICA AND EDUCAÇÃO PRISIONAL”, o que retornou vinte e cinco dissertações. Assim, as duas bases consultadas totalizaram trinta e nove trabalhos inicialmente identificados.

Do total de trabalhos identificados, nove dissertações foram removidas por se mostrarem duplicadas nas duas bases consultadas. Para compor a seleção final, consideraram-se como critérios de inclusão: a relação com as duas palavras-chave utilizadas, a inserção no período definido para a pesquisa e a pertinência em relação à pergunta norteadora. Foram excluídos os estudos que não atendiam a esses critérios, bem como aqueles voltados ao ensino de outras áreas do conhecimento, como Química, Física, Ciências e Geografia.

A Figura 1 apresenta, de forma visual, as etapas percorridas desde a identificação inicial das dissertações até a definição do corpus final da revisão integrativa, evidenciando os processos de triagem, exclusão e seleção das pesquisas incluídas.

**Figura 1** - Fluxograma do processo de seleção de dissertações incluídas na revisão integrativa



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2026), adaptado do Prisma (2020).

Conforme apresentado na Figura 1, o processo de identificação, triagem e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão resultou na seleção de oito dissertações que atenderam à pergunta norteadora e aos objetivos desta revisão integrativa. Essas produções passaram a compor o corpus de análise do estudo por apresentarem relação direta com o ensino de Matemática em contextos de educação prisional.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão descritos nos procedimentos metodológicos, foram selecionadas oito dissertações para compor o corpus desta revisão integrativa. Essas produções abordam o ensino de Matemática em contextos de educação prisional e permitem identificar tanto os desafios recorrentes quanto as possibilidades pedagógicas apontadas pela literatura. Para situar o leitor quanto às pesquisas analisadas, o Quadro 2 apresenta a identificação das dissertações incluídas, seus respectivos títulos e o contexto em que foram desenvolvidas.

**Quadro 2** - Dissertações incluídas no corpus de análise da revisão integrativa

| Autor/Ano                                            | Título                                                                                                          | Metodologia                                                                                                                                                                    | Contexto/Participantes                                                                                                        |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CRUZ, Djalma Machado da (2022) — UNIOESTE            | A Matemática e a educação prisional na vida das educandas privadas de liberdade da PFF-UP de Foz do Iguaçu-PR   | Pesquisa qualitativa descritiva, com levantamento de dados por meio da observação e análise de narrativas escritas por cartas.                                                 | Educandas privadas de liberdade do Ensino Fundamental II e Médio da EJA— Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu (PFF-UP), PR |
| GOMES, Maricleusa Ingles da Silva (2021) — UNICENTRO | Modelagem matemática na educação de jovens e adultos privados de liberdade                                      | Pesquisa qualitativa exploratória. Levantamento de dados através da análise de atividades produzidas via webconferência e presenciais.                                         | Educandos da EJA em privação de liberdade: Ensino Fundamental II e Médio.                                                     |
| GAÍÓSKI, Luzia (2019) — UTFPR                        | Os três momentos pedagógicos no ensino de matemática para educação de jovens e adultos em privação de liberdade | Estudo de abordagem qualitativa com a metodologia da pesquisa ação. A análise ocorreu por meio de questionários, entrevistas coletivas, diários de campo e sequência didática. | Educandos da EJA em privação de liberdade Ensino Fundamental II e Médio.                                                      |
| SANTOS, Helismar Medeiros dos (2021) — UFMA          | O ensino de matemática para privados de liberdade: um estudo da política estadual de educação do Maranhão       | Pesquisa qualitativa e documental combinando análise de legislações e planos estaduais da educação no cárcere com entrevistas semiestruturadas.                                | Sistema prisional do estado do Maranhão. Com foco na política estadual de educação.                                           |
| BONATO, Fernanda Soares da Silva (2016) — IFES       | A educação matemática como parte integrante da escola para a vida: contribuições na                             | Estudo de abordagem qualitativa com viés da pesquisa participante. Levantamento de dados                                                                                       | Mulheres privadas de liberdade. Ensino Fundamental II e Médio da EJA.                                                         |

| Autor/Ano                                                  | Título                                                                                                                         | Metodologia                                                                                                                                                                 | Contexto/Participantes                                                                                               |
|------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                            | formação de mulheres privadas de liberdade                                                                                     | através de diário de campo, questionário e atividades.                                                                                                                      |                                                                                                                      |
| FERNANDES, Linimar Aguiar (2017) — UTFPR                   | Um estudo sobre o ensino de estatística nas prisões                                                                            | Estudo de abordagem qualitativa descritiva. Levantamento de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários e atividades pedagógicas.                         | Educandos privados de liberdade do Ensino Fundamental I e II e Médio da EJA. Com foco no ensino de estatística.      |
| RIVA, Bruno Monteiro (2023) — Universidade Cruzeiro do Sul | Conceitos estatísticos e financeiros em um ambiente de aprendizagem prisional: um estudo de caso de um professor de Matemática | Pesquisa de abordagem qualitativa de natureza documental com Estudo de caso. Recolha de dados através de entrevistas por meio de captação de áudio.                         | Professor de Matemática em ambiente prisional e alunos do Ensino Médio da EJA. Estudo de caso.                       |
| SOUZA, Naiane Ferreira (2020) — UFG                        | Processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais: perspectivas e possibilidades                          | Pesquisa de campo qualitativa e descritiva com procedimento de investigação por meio da análise bibliográfica, documental, aplicação de questionários e sequência didática. | Escolas prisionais — perspectivas e possibilidades do processo de ensino e aprendizagem na disciplina de matemática. |

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2026)

A análise das oito dissertações incluídas nesta revisão integrativa permitiu organizar os achados em cinco eixos principais: a caracterização geral das pesquisas selecionadas; os desafios institucionais do ensino da Matemática na educação prisional; os desafios pedagógicos relacionados às trajetórias escolares dos estudantes; as possibilidades metodológicas identificadas nas experiências analisadas; e a lacuna referente à EJA Fase 1 no contexto prisional.

As pesquisas analisadas foram produzidas entre 2016 e 2023 e evidenciam que o ensino de Matemática na educação prisional tem sido investigado principalmente em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e em contextos multiseriados da EJA. Embora uma dissertação mencione o Ensino Fundamental I, nenhuma delas se dedica especificamente à EJA Fase 1, o que já indica uma lacuna importante para o campo da Educação Matemática em espaços de privação de liberdade.

As dissertações apontam que os desafios do ensino de Matemática em unidades prisionais não se limitam à sala de aula, mas estão relacionados às condições estruturais e institucionais que marcam a oferta educacional nesses espaços. Entre os principais obstáculos, destacam-se a limitação de materiais didáticos, a carência de espaços adequados para as aulas, as restrições impostas pelas normas de segurança, a descontinuidade dos estudos e a ausência de currículos específicos para a educação prisional (Fernandes, 2017; Souza, 2020; Cruz, 2022; Riva, 2023).

Nesse eixo, Santos (2021) contribui ao evidenciar que as políticas públicas ainda não contemplam plenamente as especificidades da educação prisional, especialmente no que se refere à organização curricular e às condições de permanência dos estudantes. Souza (2020), por sua vez, destaca a ausência de formação continuada específica para professores que atuam em unidades de privação de liberdade, o que revela que muitos docentes chegam a esses espaços sem preparo adequado para lidar com suas particularidades pedagógicas, sociais e institucionais.

Com isso, notamos que são necessárias mudanças profundas nas práticas do professores em sala de aula, e essas mudanças devem começar desde a formação inicial do professor, com a finalidade de melhor capacitá-lo a fim de atender as diferentes necessidades dos alunos, pois os mesmos não estão sabendo desenvolver metodologias adequadas que proporcionem uma aprendizagem efetiva a todos, respeitando as competências individuais e as individualidades de cada aluno. Conjuntamente com a formação dos professores, faz-se necessário a percepção dos gestores das unidades prisionais quanto a necessidade da utilização de diferentes recursos metodológicos afim de efetivar a aprendizagem dos detentos (SOUZA, 2020, p.55)

Além dos limites institucionais, os estudos analisados evidenciam desafios diretamente relacionados às trajetórias escolares dos estudantes privados de liberdade. A heterogeneidade das turmas, a defasagem de aprendizagem, o tempo prolongado fora da escola, as experiências anteriores de reprovação e a baixa autoestima aparecem como elementos que interferem na relação dos estudantes com a Matemática e exigem do professor práticas pedagógicas mais sensíveis ao contexto.

Gaióski (2019), ao investigar turmas da EJA no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, identifica falas recorrentes de autodesvalorização entre os estudantes, indicando que as marcas do fracasso escolar e da exclusão social permanecem presentes no processo de aprendizagem.

Frequentemente, os alunos declaram as dificuldades enfrentadas no período de vida escolar, expondo suas experiências positivas e negativas com colegas, professores e determinadas disciplinas, entre elas a Matemática. Muitos afirmam que um dos

motivos de deixarem a escola deu-se pela falta de compreensão dessa disciplina ocasionando a reprovação escolar (GAIÓSKI 2019, p.12)

Bonato (2016) também ressalta que essas dimensões emocionais e sociais precisam ser consideradas no planejamento pedagógico, pois desconsiderá-las pode levar a escola prisional a reproduzir práticas excludentes já vivenciadas pelos educandos em suas trajetórias anteriores.

Apesar dos desafios recorrentes, as pesquisas também apontam possibilidades pedagógicas quando o ensino da Matemática se aproxima da realidade dos estudantes e utiliza metodologias contextualizadas. Bonato (2016), Gomes (2021), Gaióski (2019), Fernandes (2017) e Riva (2023) defendem que propostas problematizadoras, concretas e relacionadas à vida dos educandos favorecem aprendizagens mais significativas, especialmente em um contexto marcado por restrições materiais, institucionais e simbólicas.

Nesse sentido, Riva (2023) apresenta o pecúlio prisional como ponto de partida para o ensino de Educação Financeira, por meio de simulações de compra e de atividades com materiais simples. Gomes (2021), ao trabalhar com Modelagem Matemática, permitiu que os estudantes escolhessem temas próximos de suas experiências, como “casa própria” e “criação de galinhas poedeiras”, mobilizando conhecimentos de planejamento financeiro, capital de giro e formalização de pequenos negócios. Essas experiências indicam que o currículo da EJA prisional precisa ser flexível e sensível às necessidades concretas dos estudantes.

Ao contrário, as atividades de modelagem matemática permitem e favorecem integração entre conteúdos matemáticos que nem sempre aparecem listados na sequência apresentada no planejamento do professor. Além disso, atividades de modelagem possibilitam com que os estudantes mobilizem conhecimentos para além de conhecimentos matemáticos, tendo como norte os temas ou os problemas que investigam (GOMES, 2021, p. 123)

Outras experiências também demonstram caminhos possíveis. Fernandes (2017) analisa a tutoria entre pares como estratégia para enfrentar a ausência constante de professores, destacando a escolha de um estudante tutor em cada cela. Gaióski (2019), ao articular os Três Momentos Pedagógicos à Resolução de Problemas, observou a passagem dos saberes prévios dos estudantes para uma linguagem matemática mais formal. Souza (2020) apresenta uma sequência didática que envolve a construção de um sofá a partir de garrafas PET recicladas, possibilitando o trabalho com medidas, área, volume e porcentagem, respeitando as restrições de segurança da unidade prisional.

Um ponto comum entre as experiências consideradas mais potentes é a valorização dos saberes construídos pelos estudantes em suas vivências pessoais, profissionais e sociais. As

dissertações indicam que, quando o ensino parte de situações próximas à realidade dos educandos, a Matemática deixa de ser percebida apenas como conteúdo abstrato e passa a ser compreendida como instrumento de leitura, organização e intervenção no mundo.

Bonato (2016) e Cruz (2022), fundamentados na Educação Matemática Crítica de Skovsmose, ampliam essa discussão ao defenderem uma Matemática voltada não apenas ao desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também à formação humana e cidadã. Entretanto, Cruz (2022) faz uma ressalva importante ao analisar um contexto semipresencial marcado por precariedade estrutural: embora os saberes prévios das educandas existam, o modelo vigente nem sempre os mobiliza de forma efetiva. Essa observação evita uma leitura idealizada dos achados, pois mostra que as possibilidades pedagógicas dependem de condições institucionais mínimas e de escolhas docentes intencionais.

A Educação Matemática Crítica tem como propósito desenvolver capacidades e habilidades nos alunos para que cresçam em conhecimento e participem como cidadãos conscientes em suas realizações e decisões na sociedade em que vivem, contribuindo assim na educação para a democracia (BONATO, 2016, p.35).

Embora as oito dissertações contribuam para compreender os desafios e as possibilidades do ensino da Matemática na educação prisional, observa-se que nenhuma delas teve como foco específico a EJA Fase I do Ensino Fundamental. Essa ausência é significativa, pois essa etapa envolve estudantes em processo inicial de alfabetização, letramento e construção de noções matemáticas básicas, o que exige práticas pedagógicas ainda mais articuladas à realidade, aos saberes prévios e às trajetórias escolares interrompidas dos sujeitos privados de liberdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e a análise das oito dissertações selecionadas permitem afirmar que a pergunta norteadora deste artigo foi respondida de modo consistente, ao evidenciar desafios institucionais e pedagógicos que atravessam o ensino da Matemática na educação prisional. Entre os desafios institucionais, destacam-se a restrição de materiais didáticos, a ausência de espaços físicos adequados, a falta de formação docente específica e a descontinuidade das atividades escolares.

No âmbito pedagógico, sobressaem-se a organização de turmas multisseriadas, a defasagem em conteúdos matemáticos básicos e as marcas emocionais decorrentes de

trajetórias escolares anteriores, marcadas pelo fracasso e pela exclusão. Por outro lado, os estudos analisados também indicam possibilidades relevantes quando a prática docente valoriza os saberes prévios, as experiências de vida e o uso de metodologias diversificadas e contextualizadas, tais como a Educação Financeira ancorada no pecúlio prisional, a Modelagem Matemática, os Três Momentos Pedagógicos, a tutoria entre pares e a Educação Matemática Crítica.

Cabe ressaltar que nenhum dos estudos revisados analisou especificamente a Fase I da EJA prisional no Ensino Fundamental. A maior parte das pesquisas concentrou-se em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, ou em contextos multisseriados que não delimitam esse recorte. Tal ausência não reduz a relevância dos achados discutidos, uma vez que os desafios institucionais e pedagógicos identificados tendem a incidir também sobre os estudantes da Fase I, possivelmente de maneira ainda mais intensa, considerando que esse público se encontra em processo inicial de alfabetização, letramento e construção de noções matemáticas básicas. Desse modo, evidencia-se uma lacuna significativa na produção acadêmica brasileira, o que reforça a necessidade de novas investigações voltadas especificamente ao ensino da Matemática na EJA Fase I em contexto prisional.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio de bolsa de mestrado concedida à segunda autora, Priscilla Carvalho Guimarães Monteiro. Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEn da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.



## REFERÊNCIAS

BONATO FSS. A educação matemática como parte integrante da escola para a vida: contribuições para a formação de mulheres privadas de liberdade. 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

CRUZ DM. A Matemática e a educação prisional na vida das educandas privadas de liberdade da PFF-UP de Foz do Iguaçu-PR. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2022.

D'AMBROSIO U. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 4. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA et al. Pena Justa - Plano nacional para enfrentamento do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras: arguição de descumprimento de preceito fundamental 347.

FERNANDES LA. Um estudo sobre o ensino de estatística nas prisões. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2017.

FONSECA MCF. R. *Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024. (Coleção Tendências em Educação Matemática, v. 5).

GAIÓSKI L. Os três momentos pedagógicos no ensino de matemática para a educação de jovens e adultos em privação de liberdade. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2019.

GOMES MIS. Modelagem matemática na educação de jovens e adultos privados de liberdade. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-oeste Unicentro-PR, Guarapuava, 2021.

JOSÉ GOM; LEITE, YUF. **Educação Básica em Prisões no Brasil**: entre avanços e desafios. Revista Brasileira de Execução Penal, v. 1, n. 1, p. 33-58, 2020

ONOFRE EMC. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Cadernos CEDES, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio/ago. 2015.

ONOFRE EMC.; JULIÃO, E. F.. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. Educação & Realidade, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan. 2013.

PEREIRA A. Prática de EJA em prisões: um Prometeu acorrentado?. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 23-55, 2022. DOI: 10.14393/REP-2022-63462.

RIVA BM. Conceitos estatísticos e financeiros em um ambiente de aprendizagem prisional: um estudo de caso de um professor de Matemática. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2023.

SANTOS HM. O ensino de matemática para privados de liberdade: um estudo da política estadual de educação do Maranhão. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SKOVSMOSE O. Um convite à educação matemática crítica. 1. ed. Campinas: Papirus, 2014.

SOUZA NF. Processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais: perspectivas e possibilidades. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

TAVARES DE SOUZA M, et al. Revisão integrativa: o que é e como fazer Integrative review: what is it? How to do it? Einstein, v. 8, n. 1, p. 102-108, 2010.